

RESERVAS EXTRATIVISTAS DO AMAPÁ AMEACADAS POR
CONSTRUÇÃO DA BR-156

No sul do Amapá está sendo construída a BR-156 com recursos federais ligando a capital do estado, Macapá com o município de Laranjal do Jari e cortando duas Reservas Extrativistas: do Rio Cajari e Rio Maracá.

Os impactos atuais e as futuras consequências da construção desta estrada evocam a BR 364, construída no Estado de Rondônia, não propriamente pela dimensão da obra, são 170 Km, mas pelos efeitos negativos que, desde já, vêm ocasionando sobre a base de recursos naturais e populações extrativistas residentes ao longo de sua extensão.

Atividades produtivas, desenvolvidas em bases não sustentáveis, têm se intensificado na região. A Empresa Jari Monte Dourado - ex-projeto Ludwig - hoje um conglomerado que reúne 22 empresas nacionais, desenvolve projetos agropecuários e criação de bubalinos, de mineração (caulim) e produção de celulose nos municípios de Laranjal do Jari e Almerim no Pará. A produção da pasta de celulose tem demandado o uso complementar da floresta nativa na produção de 4.000 m³ de madeira/dia. A presença de outras mineradoras e o crescimento da atividade garimpeira já são uma realidade na área.

A extensiva criação de bubalinos pela empresa Jari tem exercido um severo impacto sócio-ambiental. A diminuição e/ou desaparecimento de peixes e a erosão dos barrancos de rios e igarapés e a destruição de roçados têm provocado profundas alterações na estrutura produtiva local comprometendo a permanência das populações extrativistas nas áreas.

Conflitos fundiários pré-existentes e a pressão de grupos econômicos na área têm intensificado o processo de migração interna no sentido floresta/periferia da capital e/ou cidades regionais. No Estado do Amapá, mais de 60% da população concentra-se na capital do Estado.

Projetos de colonização ao longo da rodovia estão sendo planejados pelo Governo Estadual como alternativa econômica, para a área, ignorando-se o fracasso de projetos similares implementados em outras regiões da Amazônia.



A despeito da importância que possa vir a ter a conclusão desta estrada para as comunidades locais no sentido de viabilizar o crescimento da produção agro-extrativa e permitir acesso aos serviços sociais básicos, sua conclusão atende, antes, a interesses econômicos alheios às comunidades beneficiadas com a criação das Reservas Extrativistas. O que vem ocorrendo hoje na região, indica o desrespeito do Governo Collor e do Governo Estadual com a questão da preservação da Amazônia, o desrespeito à legislação ambiental vigente, e o descomprometimento com sua base populacional.

A posição do Conselho Nacional dos Seringueiros e outras entidades ambientalistas não é contrária à estrada e desenvolvimento para a região e municípios de Laranjal do Jari e Mazagão. Opõe-se aos impactos sócio-ambientais, à ocupação desordenada e ao não cumprimento da legislação ambiental que a construção da estrada traz em seu bojo. Opõe-se aos impactos negativos que, antes mesmo de concluída podem ser percebidos: uma apropriação desigual e injusta dos benefícios decorrentes do investimento.

A BR 156, no trecho Rio Preto/Laranjal do Jari, teve suas obras iniciadas à revelia da legislação protetiva ao meio ambiente e dos demais direitos difusos e coletivos, degradando Patrimônio Nacional protegido pela Constituição Federal.

Embargadas as obras irregulares, por iniciativa do Conselho Nacional dos Seringueiros - regional do Amapá e Instituto de Estudos Amazônicos, foi exigida a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental/EIA e respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente/RIMA que está em fase de análise pela Coordenadoria do Meio Ambiente do Estado do Amapá/CEMA.

Por solicitação do CNS/AP, IEA e Instituto Brasileiro de Defesa da Cidadania/IBRAD, está marcada para o dia 24 de julho de 1991 uma AUDIÊNCIA PÚBLICA, oportunidade em que as comunidades atingidas, as entidades não governamentais, além de técnicos e a população em geral podem (e devem) apresentar seus comentários, críticas e reivindicações que vão desde a análise da possibilidade da não conclusão da obra, até medidas mitigadoras e compensatórias, no caso da continuação da construção da estrada.



Para minimizar os impactos causados pela obra, o Conselho Nacional dos Seringueiros, regional do Amapá, propugna pela imediata demarcação das reservas extrativistas, outorga da Concessão de Uso para as associações de moradores, definição conjunta de um Plano de Utilização para as mesmas, acesso aos serviços sociais básicos para seus moradores de forma a assegurar crescimento econômico numa perspectiva de desenvolvimento sustentado.

Frente a estas propostas, o Conselho Nacional dos Seringueiros/AP, solicita que sejam enviadas cópias do apoio às suas reivindicações, exigindo a imediata demarcação e o desencadeamento do processo de implantação e desenvolvimento das reservas extrativistas do Rio Maracá e Cajari, endereçadas ao Governo do Estado do Amapá e Governo Federal com cópias para o CNS/AP.

Sr. Annibal Barcellos
Governador do Amapá
Rua Gen. Kondon, 209
68900 Macapá, Amapá

Fax: (096) 222-0756
Telex: 96-2487

Sr. Pedro Ramos
Vice-Presidente do CNS
Rua Odilardo Silva, 2381
68900 Macapá, Amapá.

Fone: (096) 222-4453
Fax: A/C Jardel ou Elisa
(096) 223-2343

Sr. José Lutzenberger
Secretário Nacional
do Meio Ambiente
Explanada do Ministério
Bloco B 5 Andar
70040 Brasília DF
Fax 061 226 1644

Sr. Fernando Collor de Mello
Presidência da República
Palácio do Planalto
70150 Brasília DF
Fax 55 61 226 7566
Telex 611 451

